

Diário da Assembléia

Nºs 3.013 / 3.014

CURITIBA, 4 E 5 DE ABRIL DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quielse Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE S

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE S

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE S

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE S

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE S

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

SUPLENTE S

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE S

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE S

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

4.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 34.^a Sessão (Extraordinária)
Realizada em 4 de Abril de 1974 - (Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, Secretariada pelos Senhores Deputados Muggiati Filho e David Federmann.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Basílio Zanusso — Borsari Netto — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Mauricio Fruet — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (33). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Antonio Costa — Antonio Lopes Junior — Arthur de Souza — Domício Scaramella — Francisco Escorsin — João Fadel — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues e Wilson Fortes. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,
 com a presença de 33 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

Discussão única — da Proposição n.º 18.74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 51-73, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Munhoz de Mello, o prédio de madeira onde funciona o Grupo Escolar "Engenheiro José Faria Saldanha". Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

4.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 35.^a Sessão Ordinária
Realizada em 4 de Abril de 1974 - (Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Muggiati Filho, secretariada pelos Srs. Deputados Olavo Ferreira e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Mauricio Fruet — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Domício Scaramella — Francisco Escorsin — João Fadel — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a inserção nos Anais da Casa de voto de congratulações ao Senhor Governador do Estado, Secretariado e demais integrantes da equipe do Poder Executivo, pelo êxito alcançado no Encontro Municipalista, realizado em Apucarana, inclusive com a instalação do Governo na referida cidade, nos dias 27, 28 e 29 do mês próximo findo.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1974.

(a) — Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o registro de um voto de louvor, endereçado ao Excelentíssimo Senhor EMÍLIO GOMES, Governador do Estado, ao Excelentíssimo Senhor General MARIO CARNEIRO PORTES e ao ilustre Diretor da Polícia Civil, Senhor ANTONIO LOPES DE NORONHA pelas providências rápidas, eficientes e eficazes, tomadas por ocasião do seqüestro do filho do empresário paranaense CECÍLIO REGO ALMEIDA, que comoveu inclusive a opinião pública nacional.

A pronta intervenção dos organismos policiais, através de técnicas e equi-

pamentos modernos, mercê de uma política administrativa clarividente, encerrou no nascedouro um episódio que se desenhava trágico.

É de ressaltar, Senhor Presidente, que a estrutura de segurança pública de nosso Estado está refletindo hoje, em termos práticos de eficiência, aquele trabalho silencioso, mas profícuo, que as autoridades operantes no setor policial, vem desenvolvendo nos últimos meses.

A população paranaense já experimenta um clima de confiança na ação dos órgãos de segurança pública e, por todo o interior, o equipamento fornecido por meio de convênios, confere condições aos valorosos policiais para o combate à criminalidade.

E, portanto, com a maior satisfação que, interpretando o sentimento popular de confiança no sistema de policiamento, apresento a esses devotados homens públicos o regozijo pelo êxito obtido no caso em destaque, bem como nas demais operações de proteção à vida, ao patrimônio e a paz da família paranaense.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1974.

(a) — Leopoldo Jacomet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Coronel CASSIO DE PAULA FREITAS e Coronel MAURO MOREIRA pelas suas respectivas nomeações como Diretor Adjunto de Coordenação e como membro do Conselho Administrativo de Itaipú.

Sala das Sessões, 04 de abril de 1974.

(a) — Francisco Borsari Netto

As séries de consequências que determinam as obras de Itaipú ao Estado do Paraná, justificam a ampla campanha encetada em prol da participação do Paraná na Direção da Empresa.

As designações dos ilustres Cel. CASSIO DE PAULA FREITAS e Cel. MAURO MOREIRA, ontem efetivadas por ato do Excelentíssimo Presidente Geisel, respectivamente como Diretor Adjunto de Coordenação e como membro do Conselho Administrativo de Itaipú, justificam nosso Requerimento.

O Conselho Administrativo e a Diretoria de Coordenação que terá entre suas atribuições a condução dos problemas ligados a desapropriações, urbanização, recursos naturais, preservação sanitária e estabelecimento de padrões de segurança nas áreas externas, por certo receberão do Cel. MAURO MOREIRA e do Cel. CASSIO DE PAULA FREITAS, que prestou e vem prestando relevantes serviços ao Paraná nos setores de transporte e energético, a criação de soluções que realmente interessem ao nosso Estado.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, reiteradamente vem solicitando por esta Casa providências junto a Secretaria de Segurança com o objetivo da instalação de um posto do Instituto de Identificação, na cidade de Rio Negro.

A referida cidade, como é de conhecimento geral, está ligada com o Município catarinense de Mafra, e, ali, de há muito o governo do vizinho Estado proporcionou este tipo de atendimento.

Em consequência, muitos moradores de Rio Negro deslocam-se à Mafra para o encaminhamento de seus documentos, trazendo, como é lógico, prejuízos ao Paraná.

Ora, o problema, apesar de como já se salientou inúmeras vezes, continua sem solução, apesar de promessas de autoridades ligadas à Secretaria de Segurança.

Isto posto, requeiro à Mesa, regimentalmente, o envio de ofício aos Exmos. Srs. Secretário de Segurança Pública, Diretor da Polícia Civil e Diretor do Instituto de Identificação, participando-lhes o interior teor do presente, e solicitando a S. Exas. que se dignem adotar medidas necessárias para a imediata instalação de posto de identificação no Município de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1974.

(a) — Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, na forma regimental, e tendo em vista que recebeu comunicação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, dando conta que entregou à Secretaria de Educação e Cultura do Estado, os Projetos de criação e implantação do segundo grau nos Municípios de Rio Branco do Sul, Nova Aurora e Kaloré, e ainda, que estão sendo ultimados os processos de Capitão Leônidas Marques, São Miguel do Iguaçu e Céu Azul, requer, ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais da Casa um voto de congratulações àquela organização, bem como que se dê conhecimento à mesma da aprovação deste.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1974.

(a) — Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente:

Cerca de 60 famílias de operários braçais do Município de Sertãozinho, estão formulando Reclamação Trabalhista contra TEAGASA PARANÁ S.A. — ENGENHARIA E INDÚSTRIA, sucessora de RODOPAVI S.A. PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS E CONSTRUÇÕES CIVIL, responsável pelos serviços de asfaltamento da Rodovia CELSO GARCIA CID nas proximidades daquele Município. Esses operários foram contratados para prestação de serviços, percebendo alguns ordenados fixos mensais e outros salários à base de horas de trabalho. Os constantes atrasos de pagamento causaram sérios prejuízos, a alguns por terem seus créditos cortados junto aos fornecedores, e a outros por encontrarem dificuldades para a alimentação. Essa situação motivou o pedido de demissão de muitos operários sobretudo por ter a referida empresa cessado suas atividades naquele Município. A reclamação trabalhista formulada prende-se ao não pagamento de seis meses de salários além de férias, salário família, 13.º salário, horas extras, etc. A par dessa situação, fonte de problemas sociais criados, acrescenta-se uma série de compromissos financeiros assumidos com fornecedores e comerciantes, e desrespeitados irresponsavelmente.

Diante dos fatos, o Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja endereçado ao Governo do Estado, expediente solicitando sua interferência na defesa dos direitos desses operários inexplicavelmente injustiçados, pois configura-se claramente a co-responsabilidade.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1974.

(a) — Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscorre, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Poder Judiciário do Estado, Desembargador Edmundo Mercier Júnior, Ofício no seguinte teor:

"Senhor Presidente:

Em virtude de Requerimento de autoria do nobre Deputado Paulo Poli, aprovado unanimemente pelo Plenário deste Poder Legislativo, apelamos a Vossa Excelência no sentido de que sejam criadas as Comarcas de Alto Piquiri e Barbosa Ferraz, na nova Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado, que está sendo elaborada por esse Egrégio Tribunal.

Pela importância que estes Municípios representam para o Estado, justifica plenamente a inclusão dos mesmos na referida Lei, permitindo um movimento forense que irá atender os anseios da população da região".

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1974.

(a) — Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscorre, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Major Lorival Teixeira, Comandante do Corpo de Policiamento Rodoviário do Estado do Paraná, ofício no seguinte teor:

Senhor Comandante:

Em virtude de Requerimento de autoria do nobre Deputado Paulo Poli, aprovado unanimemente pelo Plenário deste Poder Legislativo, apelamos ao ilustre Comandante, no sentido de que seja criado um sub-posto de Polícia Rodoviária, no Município de Iporã, em virtude da pavimentação asfáltica já estar, praticamente, concluída até aquela cidade.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1974.

(a) — Paulo Poli

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 29-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública e Associação Comunitária Presbiteriana, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1974.

(a) — Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja reconhecida como de utilidade Pública vem organizando e mantendo dentro de suas possibilidades serviços de assistência social, educacional e de preparação profissional a pessoas carentes de recursos. A fim de alcançar esses objetivos promove cursos de alfabetização, datilografia, corte e costura e outros, além de se dedicar também, a um trabalho preventivo, com palestras sobre educação, higiene, saúde planejamento familiar e vícios sociais. Sua diretoria não percebe remuneração e seu estatuto está devidamente registrado.

Sendo justo que o Poder Público habilite tão benemérita entidade aos benefícios decorrentes de seu reconhecimento como de Utilidade Pública esperamos contar com o apoio de nossos Pares a esta iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 30-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica doado à Prefeitura Municipal de Rolândia a data de terras sob o n.º 16 da quadra 69, da planta da cidade de Rolândia, de propriedade do Governo do Estado do Paraná, conforme registro no Cartório do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, no livro 3-B sob o n.º 1.933, às fls. 145, em data de 07-03-1955.

Art. 2.º — A doação destina-se a construção de anexo, para a residência de zelador, não podendo ser alienado a qualquer título.

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1974.

(a) Xenofonte Villanueva

JUSTIFICATIVA:

O lote de terras motivo da presente doação, com apenas 812 m², desde 1955, portanto há quase 20 anos, jamais foi utilizado pelo Governo do Estado, tendo a Prefeitura Municipal se encarregado de sua limpeza e manutenção, sendo que o asfalto executado na rua em frente ao mesmo, não foi pago pelo Governo do Estado, tendo a Câmara Municipal isentado o mesmo deste débito. Pretende a Prefeitura Municipal nele construir edificação de alvenaria e de tijolos para uso próprio.

Pelas razões expostas, não se encontrando melhor serventia para o mesmo, é justificável a doação a quem dele tenha necessidade, ou seja, a Prefeitura Municipal.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Tendo em vista que devemos gravar o Pequeno Expediente e faltando energia elétrica para a gravação da Sessão, suspendo a mesma por cinco minutos.

(Pausa).

Reabrindo a Sessão, concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, líder do Governo nesta Casa.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O que me traz à Tribuna, a pretensão única de registrar nos Anais da Casa uma pretendida ação da Assembléia do Estado do Rio Grande do Sul no tocante à instalação e circuito fechado de televisão pelo Detran daquele Estado. É significativo registrarmos que o Sr. Hugo Martini, Presidente da Comissão de Trânsito da Assembléia gaúcha quando pretendendo obter maiores informações sobre o sistema empregado pelo Detran paranaense, foram convidar o Dr. Marcos Prado para, na Assembléia do Rio Grande do Sul, informar sobre todos os detalhes dessa importância adotado no Paraná, analisando os resultados para que aquela Comissão de Trânsito possa estudar a viabilidade da instalação de um circuito de televisão também em Porto Alegre. É motivo de satisfação para os paranaenses verificar que as iniciativas adotadas por órgãos estaduais neste Estado tem repercussão favorável nas demais unidades federativas deste País, ao ponto de nosso eminente Diretor, vir a ser, no dia de ontem, convidado para participar como peça principal de um temário que debate assuntos do trânsito da Capital gaúcha. Faço o registro, cumprimentando o Sr. Diretor do Detran e fazendo votos de que, na Capital gaúcha, se aceitar o convite que lhe foi formulado possa dizer das iniciativas governa-

mentais paranaenses, visando o aprimoramento da máquina administrativa deste Estado. Era o que me cabia registrar, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Gilberto Carvalho, primeiro orador inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, recebi hoje, uma correspondência do Administrador da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade que, pela sua importância é digna de registro e me permito ler neste instante: (Lê)

"Sr. Deputado:

Devemos convencer os homens, proclamou Massini, que cada um deles deve viver mais para os outros do que para si.

Se assim é, como entendemos que o seja, nós da CNEC, neste amplo setor de trabalho, estamos realmente vivendo para Deus, para a Pátria e para os outros.

E, nesta oportunidade, é com enorme satisfação que participamos ao prezado companheiro, a entrega à SEC, deste Estado, dos projetos de criação e implantação do segundo grau nos municípios de Rio Branco do Sul, Nova Aurora e Kaloré, todos obedecendo rigorosamente o que preceitua a Lei 5.692.

Outrossim, informamos a V. Exa. que estão sendo ultimados os processos de Capitão Leônidas Marques, São Miguel do Iguaçu e Céu Azul.

Como V. Exa. pode observar, a Campanha, passa a ser pioneira na implantação e criação dos primeiros cursos de segundo grau, dentro da nova Lei, fora da Capital.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos

Atenciosamente.

Calisto de Medeiros — Administrador".

(Lendo) "Pude sentir de perto, em visita que fiz a semana passada ao Município de Kaloré, a alegria com que os estudantes dessa cidade receberam a notícia do funcionamento do Curso de 2.º Grau, já dentro da reforma, pois evitará o deslocamento dos mesmos para centros maiores, muitas vezes correndo perigo, dada a precariedade de transporte para locomoção desses estudantes. Isto demonstra a importância e a participação do CNEC, no aprimoramento e apoio ao ensino de nosso País, já que a campanha nacional onde tem como Presidente o ilustre Ministro Alcides Carneiro, destacando ainda seu fundador Prof. Felipe Tiago Gomes como no setor estadual, o grande batalhador, administrador no Paraná, coordenador do setor sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Prof. João Calixto de Medeiros. Temos que destacar os setores locais, formados pela Comunidade de cada cidade ou distrito onde atua a campanha. Mas, Srs. Deputados, nesta oportunidade estou apresentando Requerimento congratulando com o Governador Emílio Gomes e seu Secretariado, pelo 13.º Encontro Municipalista, realizado em Apucarana, nos dias 27, 28 e 29 de março passado, cujo encontro tão bem coordenado pela FAMEPAR, onde num diálogo franco e aberto, cada Prefeito pode ouvir e falar sobre as reivindicações da Região, tomando conhecimento das obras em andamento diretamente em cada Secretaria. Teve destaque todo especial as três principais reivindicações da Região, qual seja:

1 — As pontes sobre os Rios Ivai e Corumbataí.

2 — Pavimentação das Estradas Mauá-Ivaiporã.

3 — Perimetral de Apucarana.

Cujas reivindicações, o Governador respondeu de pronto, anunciando o início no corrente ano. Assim, como foi distribuído pela Secretaria dos Transportes a programação de obras daquela Pasta, onde verificamos a existência das reivindicações da Região.

Incluindo ainda na programação, a pavimentação da estrada Jandaia do Sul, ligando a estrada Mauá-Ivaiporã, via Marumbi, Kaloré, Borrazópolis. É um trabalho arrojado, entusiasmado que nos entusiasma, possibilitando à classe política, o diálogo com suas bases, dando esperanças de melhores dias, certo de que o nosso sacrifício na vida pública tem a recompensa de podermos dizer que estamos servindo a nossa gente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Igo Losso. (Pausa).

Encontrando-se ausente o Sr. Deputado Igo Losso, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Alvaro Dias. (Pausa). Havendo o mesmo declinado da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 134-72, de autoria do Deputado Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo construir uma Unidade Escolar com 3 (três) salas de aulas, no Distrito de Malú, Município de Terra Boa. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 134-42, de autoria do Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio, no Município de Piraquara e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173-72, de autoria do Deputado Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga Ouro Fino e Freguezia, no Município de Almirante Tamandaré. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 179-72, de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola na cidade de Cascavel, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado, pelo Substitutivo.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 60-73, de autoria do Deputado Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo construir estrada que dê acesso à sede do Município de Bituruna até a rodovia BR-153, que demanda de União da Vitória, neste Estado, até Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68-73, de autoria do Deputado Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo construir uma estrada com pavimentação asfáltica, que dê acesso à sede do Município de União da Vitória pela BR-153, como específica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 222-73, de autoria do Poder Executivo Mensagem n.º 82-73, solicitando autorização para anuir, na cessão de 38.460,02 m2 de área de terras que a União pretende fazer à Fundação Santo Antônio e Associação das Damas de Caridade do Município de Campo Largo, destinada à construção do "Lar dos Velhinhos Desamparados". Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 76-73, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que autoriza o Poder Executivo reaparelhar todos os postos da Polícia Rodoviária Estadual, através do D.E.R., dotando-os de Sistema de Comunicação, Assistência Médica, Ambulância e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 77-73, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que denomina "Governador Parigot de Souza", o trecho da rodovia PR-1, que liga Jaguariaíva a Santo Antônio da Platina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C., com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado, pelo Substitutivo, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 85-73, de autoria do Deputado Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio com o Município de Flórida, destinado à construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., C.O.P.T.C. e C.P., com EMENDA. — **Aprovado, com a Emenda, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86-73 de autoria do Deputado Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio com o Município de Santo Inácio, destinado à construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 245-73, de autoria do Deputado Fabiano B. Côrtes, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Samuel Klabin, Diretor Presidente das Indústrias Klabin do Paraná e Celulose S.A. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87-73, de autoria do Deputado Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio com o Município de Lobato, destinado à construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.P., com EMENDA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 87-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio através da Secretaria de Obras, com a Prefeitura do Município de Lobato, a fim de construir um prédio para a Delegacia de Polícia, na sede do Município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1973.

(a) Quielise Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

A Delegacia de Polícia do Município de Lobato está funcionando em prédio com condições muito precárias, daí o presente plano de Lei que esperamos seja acolhido por esta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 87-73

PARECER

O desiderato do Projeto de Lei ora submetido à apreciação desta Comissão, é autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Obras, celebrar Convênio com a Prefeitura de Lobato, a fim de construir um prédio para a Delegacia de Polícia, na sede do referido Município.

A justificativa do nobre autor da Proposição, Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, nos convence da oportunidade da medida.

Quanto ao aspecto constitucional e legal, nada há a contestar, tratando-se de iniciativa meramente autorizatória, visto ser da competência exclusiva do Governador do Estado, a celebração de Convênios com os municípios.

Pela APROVAÇÃO do Projeto, para posterior trâmite procedimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27-6-73.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Wilson Fortes — Relator.

(Assinaturas ilegíveis).

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. — Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 87-73, de autoria do nobre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Lobato, neste Estado, destinado à construção de prédio para a Delegacia de Polícia local.

2. — Havendo já a douda Comissão de Constituição e Justiça em R. Parecer de fls., dos Autos, se pronunciado pela constitucionalidade e legalidade da proposição, e tendo em vista o evidente interesse comunitário na concretização da providência urgida, não vê esta Comissão de Finanças, no que lhe concerne, como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Lei em testilha.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado João C. Fadel — Relator.

(Assinaturas ilegíveis).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N.º 87-73

PARECER

O desiderato do Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado

Quielise Crisóstomo da Silva, é autorizar o Poder Executivo a celebrar Convênio com o Município de Lobato, a fim de construir um prédio para a Delegacia de Polícia, na sede do referido Município.

Havendo já as Doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, se pronunciado pelo acolhimento da matéria, esta Comissão no âmbito de se pronunciar pelo mérito da proposição, não vê motivos para negar a aprovação do Projeto.

Assim sendo, opino pelo ACOLHIMENTO da Proposição, nos termos da Emenda Substitutiva anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

Borsari Netto — Presidente.

Deputado Lázaro Dumont — Relator.

(Assinaturas ilegíveis).

EMENDA SUBSTITUTIVA

AO PROJETO DE LEI N.º 87-73

No artigo 1.º onde se lê: Secretaria de Obras

Leia-se: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS.

Sala das Comissões, em

Borsari Netto — Presidente.

Deputado Lázaro Dumont — Relator.

(Assinaturas ilegíveis).

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 87-73

1 — Subscrito pelo ilustre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, visa o presente plano de Lei, autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, com a Prefeitura Municipal de Lobato, a fim de construir um prédio para a Delegacia de Polícia, na sede do Município.

2 — Referida proposição já mereceu pareceres favoráveis das doudas Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

3 — Quanto ao mérito, não há qualquer restrição a fazer no âmbito desta Comissão, razão pela qual somos favoravelmente à APROVAÇÃO do projeto, na forma da emenda apresentada pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Marciano Baraniuk — Relator.

(Assinaturas ilegíveis).

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98-73, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que denomina Grupo Escolar "Francisco da Silva Leal", o atual Grupo Escolar de Santa Amélia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 98-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O atual Grupo Escolar de Santa Amélia passa a chamar-se Grupo Escolar "Francisco da Silva Leal".

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1973.

(a) Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

Homenagear àqueles que, imbuídos da disposição se tornarem úteis à coletividade, dedicam uma vida inteira em prol do progresso de um Município, além da iniciativa representar um reconhecimento necessário e oportuno, traduz imperiosa imposição de se legar às gerações futuras os sentimentos da brasilidade que unifica o povo, permitindo a continuidade do culto de admiração e respeito aos que contribuíram para o engrandecimento de uma cidade, de um Estado e do próprio Brasil.

O Plano de Lei, pela justificativa sucinta apresentada e pela que possa ser acrescida, demonstra ser oportuno, motivo por que o Autor acredita venha a merecer apoio, aprovação e sarção.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 98-73

1 — Visa o ilustre Deputado Gabriel Manoel, através do presente projeto de lei, denominar de Grupo Escolar "Francisco da Silva Leal", o atual Grupo Escolar de Santa Amélia, do Município do mesmo nome.

2 — A homenagem que se pretende, por intermédio deste plano de lei, é dedicada à ilustre figura de Francisco da Silva Leal, que dedicou uma vida inteira em prol do progresso e do desenvolvimento do Município de Santa Amélia, como refere o nobre autor na justificativa da presente proposição, que ora nos é dada examinar.

3 — Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento tanto de ordem legal ou constitucional na sua APROVAÇÃO, desde que na forma do Substitutivo Geral anexo, que melhor atende a técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator.

(Assinaturas ilegíveis).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 98-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar de Grupo Escolar "Francisco da Silva Leal", o atual Grupo Escolar de Santa Amélia, do Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator.

PARECER

DA COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA AO
PROJETO DE LEI N.º 98-73

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, visa denominar "Francisco da Silva Leal", o atual Grupo Escolar de Santa Amélia.

Oportuna e justa a homenagem que se pretende prestar a pessoa que tanto se dedicou ao município. Somos pela sua APROVAÇÃO.

Sala de Reuniões, em 22 de novembro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

(Assinatura ilegível)

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 99-73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que denomina de "Ginásio Estadual Carlirio Gomes dos Santos", o atual Ginásio Estadual de Santa Amélia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 99-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O atual Ginásio Estadual de Santa Amélia passa a ter a denominação de "Ginásio Estadual Carlirio Gomes dos Santos".

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1973.

(a) — GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

O Plano de Lei pretende a prestação de homenagem-póstuma a um homem público que, com devotado amor ao pujante Município, devotou sua existência ao bem estar coletivo, quer à frente do Executivo Municipal, quer como vereador, por diversas legislaturas. Desfrutando da estima popular, tornou vítima da sanha criminosa dos derrotados. Pelas suas realizações em favor do progresso de Santa Amélia, a perpetuação do seu nome demonstra o reconhecimento de um povo, além de significar modesta homenagem à memória de quem ofereceu a própria vida em holocausto aos ideais que defendia.

Pela justificativa apresentada e pelo que poderá ser acrescido, o presente Plano de Lei está a merecer sua aprovação e sanção.

Comissão de Constituição e Justiça
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 98-73

O Projeto de Lei em exame, de autoria dos eminentes deputados Gabriel Manoel e Emilio Carazzai, tem por fim denominar "Carlirio Gomes dos Santos", o atual Ginásio Estadual de Santa Amélia.

A justificativa nos diz da inteira justiça da iniciativa, por isso somos favoráveis à sua aprovação.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973.

as. ilegível — Presidente

Erondy Silvério — Relator

três as. ilegíveis

Comissão de Instrução Pública
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 99-73

Para denominar de "Carlirio Gomes dos Santos", o atual Ginásio Estadual de Santa Amélia, os ilustres deputados Gabriel Manoel e Emilio Carazzai apresentam à consideração da Casa, o Projeto de Lei que ora examinamos nesta Comissão Técnica.

A justificação apresentada nos convence da oportunidade da iniciativa.

Pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de de 1973

as. ilegíveis — Presidente

ALVARO DIAS — Relator

as. ilegível

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 100-73, de autoria do Dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação Tradicionalista "Gralha Azul", com sede nesta Capital. Parecer da C.C.J. pelo ARQUIVAMENTO. — Rejeitado.

Projeto de Lei n.º 100-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Tradicionalista "Gralha Azul", com sede em Curitiba, Pr.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19 de maio de 1973.

(a) — Igo Iwant Losso

JUSTIFICATIVA:

A Associação Tradicionalista Gralha Azul, tem seu estatuto registrado sob o n.º 451, livro "A" do 2.º Ofício da Capital, e seu extrato publicado no Diário Oficial em data de 9 de setembro de 1971, conforme fotocópia anexa.

A entidade não tem fins lucrativos visando exclusivamente o desenvolvimento do folclore nacional em seus aspectos culturais e artísticos.

Além disso tem participado de reuniões festivas de caráter beneficente, que a credencia a declaração de utilidade Pública.

Comissão de Constituição e Justiça
PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 100-73

1 — Com o presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Igo Iwant Losso, visa declarar de utilidade pública a Associação Tradicionalista "Gralha Azul", com sede e foro nesta Capital.

2 — Referido projeto já perdeu a sua oportunidade, face a aprovação, em 3.a discussão, na Sessão do dia 30 do mês próximo passado, do Projeto de

Lei n.º 161-72, de autoria do ilustre Deputado Francisco Borsari Netto, tratando de matéria neste mesmo sentido.

3 — Face ao exposto, nosso parecer é pelo arquivamento da proposição que ora é nos dada examinar nesta oportunidade.

• É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1973.

as. ilegível — Presidente

OVIDIO FRANZONI — Relator

cinco as. ilegíveis

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 102-73, de autoria do Dep. Antonio Belinati, que proíbe o uso de livros estrangeiros nas escolas públicas. Parecer CONTRARIO da C.C.J. e favoráveis da C.F. e C.I.P. — Em discussão

PROJETO DE LEI N.º 102-73

Artigo Primeiro — Fica proibido o uso de livro estrangeiro nas escolas públicas da rede estadual de ensino, compreendendo 1.º e 2.º ciclos e as escolas de nível superior.

Artigo Segundo: Em casos extremos, quando houver reconhecida necessidade de seu uso, por falta de similar nacional, as escolas ficam obrigadas a manter exemplares em suas bibliotecas, para que os alunos carentes de recursos possam utilizá-los, sem qualquer ônus.

Artigo Terceiro: Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.1973

(a) — Antonio Belinati

JUSTIFICATIVA

O projeto ora apresentado visa eliminar abusos de determinadas escolas, onde o material didático escolhido e determinado para o corpo discente é dos mais caros. Há escolas que chegam a indicar livros de editoras estrangeiras, o que onera sobremaneira a manutenção de qualquer estudante. Ainda recentemente foi apresentado no Congresso Nacional projeto semelhante, proibindo o uso de livros estrangeiros nas escolas federais. O ideal seria a padronização dos livros escolares. No entanto, enquanto esta providência não é adotada pelo Ministério da Educação, a proibição proposta através deste projeto virá de encontro ao pensamento de milhares de pais, que enfrentam sérias dificuldades para fazer face aos pesados gastos com a compra de material escolar, especialmente nas faculdades, onde são exigidos livros de alto custo. A aprovação do presente projeto, mostrará mais uma vez que os nobres pares estão ao lado daqueles que buscam o barateamento do ensino no nosso Estado.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 102-73

O ilustre Deputado Antonio Belinati, com presente plano de lei, objetiva proibir o uso de livro estrangeiro nas escolas públicas da rede estadual de ensino, compreendendo 1.º e 2.º ciclos e as escolas de nível superior.

Medida louvável sob todos os aspectos, devendo por isso mesmo, merecer a aprovação desta Casa, inclusive porque não encontra oposição de ordem Constitucional ou legal.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 13-6-73.

as. ilegível — Presidente

ANTONIO LOPES JUNIOR —

quatro as. ilegíveis

Comissão de Finanças

PARECER

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei do nobre Deputado Antonio Belinati, que proíbe o uso de livros estrangeiros nas escolas públicas da rede estadual de ensino, compreendendo 1.º e 2.º ciclos e as escolas de nível superior, e dá outros providências.

2. A Lei n.º 4024, de 20.12.61, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Título I — Dos fins da Educação — estabelece:

"Art. 1.º — A educação nacional inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

"e — O preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permita utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;

"f — a preservação e expansão do patrimônio cultural;

"g — a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça".

3. Analisando os Artigos 1.º e 2.º, do Projeto de Lei em testilha, torna-se evidente que o que eles contem colide frontalmente com o dispositivo legal retro invocado, pois um Estado como o Paraná, que infelizmente ainda não projetou uma tradição de pesquisa científica, sendo que um Professor Freyre-Maia, na genética; um Professor Iange, na paleontologia; um Professor Bigarella, na história natural; um Professor Moro, na astronomia; um Professor Bacila Netto, na física, são ocorrências honrosas para a cultura paranaense mas que ainda se situam no âmbito da confirmação da regra através da exceção, e por isso, também, não chegamos ainda a um estado de avanço tecnológico, que nos permite dispensar o conhecimento e os estudos de mestres estrangeiros, considerando, ainda, que só poderemos preservar e expandir nosso patrimônio cultural através de intercâmbio cada vez mais ativo com povos e culturas que estejam em estágios mais adiantados nos níveis científico e tecnológico e que o livro didático é o veículo mais natural de acesso a esses conhecimentos; e, registrando-se finalmente que o presente Projeto de Lei, embora reconhecida a nobreza de intenções de seu ilustrado Autor, traz em seu texto o germe de uma espécie de terrorismo cultural, pois que pretende estabelecer um tratamento desigual a matérias científicas contidas em livros apenas tendo como referência a origem de sua edição.

4. Acresce ainda o fato de que em nosso País não é concebível uma formação em nível superior sem consulta de livros estrangeiros, situado-se alguns deles, nos campos da medicina, engenharia, direito e sociologia como clássicos das matérias, e para os quais não há nenhum substituto, devendo por isso, ser considerada a hipótese, no caso de aprovação do Projeto de Lei em análise, de estudantes daqueles cursos ficarem impossibilitados de acesso às matérias respectivas e a lei, portanto, estaria se sobrepondo ao preceito constitucional que diz ser a educação direito de todos.

5. Isto posto, e em que pese haver a douta Comissão de Constituição e Justiça haver se pronunciado pela legalidade e constitucionalidade do Pro.

jeto de Lei referido, esta Comissão de Finanças não vê como dar sua aprovação ao mesmo.

Pela Rejeição, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 18 de junho de 1973.

as. ilegível — Presidente

JOÃO CALIL FADEL — Relator

duas as. ilegíveis

Comissão de Instrução Pública
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 102-73

I) — O Projeto de Lei que está sendo objeto de apreciação nas Comissões Técnicas, recebeu o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e o contrário da Comissão de Finanças.

II) — A Comissão de Instrução Pública compete opinar sobre todos os assuntos relativos à instrução pública e particular, à educação e à cultura. Assim sendo, "data vênica", no que pese a intenção do autor, o parecer desta Comissão é pela rejeição, do Projeto, ratificando o que foi emitido pelo relator da Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em de de 1973.

as. ilegível — Presidente

ALVARO DIAS — Relator

as. ilegível

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, no encaminhamento da votação, eu me permitiria indagar da Casa se é válida a pretensão do Sr. Deputado Antonio Belinati ao proibir o uso de livros estrangeiros nas escolas públicas. Quer me parecer que há validade desta iniciativa no tocante ao ensino de primeiro e segundo graus. Todavia, no ensino superior, as nossas faculdades, nas mais diferentes cadeiras, tem utilizado livros estrangeiros, notadamente aqueles de língua espanhola. E nossos faculdades, absolutamente, não podem abrir mão do uso desses livros. Portanto, votarei contrário à medida preconizada pelo sr. Deputado Antonio Belinati, sem que isso, absolutamente, signifique ou queira significar posição da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, que haverá de votar, por certo, como melhor lhe ditar a consciência de cada um.

Era o que me cabia dizer, no encaminhamento da votação, sobre o Projeto de Lei n.º 102-73.

O SR. ANTONIO BELINATI — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Belinati, para encaminhamento de votação, pelo prazo de 10 minutos, sem aparte.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente conversando com o nobre autor do Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência consulta o Deputado Antonio Belinati se S. Exa. declina da palavra.

O SR. ANTONIO BELINATI — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, peço a V. Exa. que me perdoe usar da palavra novamente, e só poderia fazê-lo pela ordem, porquanto já ocupei a tribuna no encaminhamento da votação. Mas, como o autor do Projeto de Lei justificou o seu ponto de vista agora, particularmente, eu me permitiria, em segunda discussão, na Sessão de amanhã, apresentar uma Emenda ao Projeto de Lei, mantendo a proibição do uso de livros estrangeiros nas escolas públicas da rede do Estado compreendendo o 1.º e 2.º ciclo e a Emenda expungiria, portanto, a extensão dessa proibição às escolas de nível superior. É a Emenda que pretendo formular quando o Projeto estiver em segunda discussão nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto de Lei n.º 102-73. Rejeitado o Projeto.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Requerimento do Deputado Antonio Belinati, submeto a verificação de votação o Projeto de Lei n.º 102-73.
11 srs. Deputados aprovam, nenhum rejeita.

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu votei contrariamente à aprovação do Projeto.

O SR. PRESIDENTE — Mesmo com a observação feita pelo Deputado Xenofonte Villanueva, não há quorum para votação, nem para prosseguimento da Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão marcando outra para amanhã, dia 5, às 10.00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada em Sessão anterior e mais os Projetos que deixaram de ser apreciados e aprovados na Sessão de hoje.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 36.ª Sessão Ordinária
Realizada em 5 de Abril de 1974 (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Basílio Zanusso.

As 10.00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo e Wilson Brandão (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Domício Scaramella — Haroldo Bianchi — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Rosário

Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando a inclusão na Pauta para o Projeto de Lei n.º 06-74 (Estatuto da Polícia Civil).

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para as Proposições nrs. 17 e 19-74.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje de voto de regozijo à 1.ª Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, pela promoção, a partir do dia 10 do corrente do III Congresso Nacional de Varomias da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, reunindo cerca de 500 delegados de 15 Estados do Brasil.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Reverendo José Ferreira Filho, pastor da 1.ª Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1974.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pela realização, em nossa Capital, do I Festival Brasileiro do Filme Super-8, numa promoção do Governo Estadual.

Visando fomentar o interesse, especialmente da juventude, pela cultura cinematográfica, estimulando um cinema regional, com características artístico-culturais próprias, o I FBFS-8, que será realizado entre os dias 1.º e 6 do corrente, trará, com certeza, segundo as próprias palavras do Sr. Secretário da Educação, "a documentação de um momento particularmente importante da vida do Paraná e do Brasil: o momento de seu grande salto em direção do futuro — o encontro com o vir-a-ser".

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1974.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, ao Ministro Ney Braga e ao Deputado Federal Dr. Luiz Losso, pelo que fizeram para o reconhecimento da Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná, através do Decreto Presidencial n.º 73.873, de 27 de março de 1974.

A grande satisfação pelo acontecimento, não poderia passar despercebida a esta Casa, que por nosso intermédio também se empenhou em constantes pronunciamentos para que tal se verificasse, desde sua instalação há mais de seis anos.

Agora, concretizado aquele grande anseio da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, da população estudantil de nosso Estado e das autoridades paranaenses, com justo orgulho, engalana-se o Paraná, com mais este prestigioso estabelecimento de ensino superior.

Daí, a expressão de reconhecimento a todos os que participaram desde os instantes iniciais do movimento até que definitivamente fosse consagrado.

Requeiro, uma vez aprovado o presente, sejam oficiadas as autoridades citadas e a Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná, na pessoa de seu Diretor desde a instalação, Dr. Daniel Egg.

Sala das Sessões, 02 de abril de 1974.

(a) Igo Losso

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Antônio Maciel.

O SR. ANTONIO MACIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha presença nesta Tribuna, no Pequeno Expediente, é para trazer, em nome da Assembléia, digo, da Associação dos Cafeicultores, a tradicional Apac, um convite extensivo a todos os Deputados, para que, domingo, dia 7, em Londrina, estejam presentes à primeira visita do Presidente do IBC, Dr. Camilo Callazans, ao nosso Estado, numa reunião oficial, na sede do IBC em Londrina, nas proximidades do Aeroporto. Pediu-me o ilustre Presidente e batalhador pela cafeicultura paranaense, Justino Vilela, que transmitisse esse convite a todos os Deputados.

Esta reunião terá por finalidade debater três pontos principais, problema de preço, de uma política estável em favor do café e, em segundo lugar, protestar violentamente contra o tratamento injusto que vem se dando ao Paraná, principalmente no que se refere aos novos plantios dos cafezais. O IBC, numa instrução já em vigor há mais de dois anos no Paraná, proibiu o plantio de novos cafezais nas áreas ocupadas por cafezais velhos, os quais devem ser erradicados em trabalho no mínimo de dois anos. Esta política é altamente prejudicial para o Paraná, todos os seus principais expurgos estão ocupados por cafezais e por esta razão os plantios dos novos cafezais têm sido sucesso nos demais Estados e no Paraná têm sido fracasso. A terceira reivindicação será levar ao conhecimento do novo Presidente as inúmeras ações judiciais que está sofrendo o café do Paraná, além de injustas medidas e que amanhã serão

debatidos em Londrina. Novamente, em nome da Associação Paranaense dos Cafeicultores, Apac e do ilustre Diretor Justino Vilela, o nosso convite extensivo a todos os Srs. Deputados para que dia 7, domingo, compareçam à Londrina. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 68-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Itaúna do Sul, Japurá, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 68-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os municípios de Itaúna do Sul, Japurá, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01-4-74.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 69-73, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Instituto Nacional do Livro, órgão do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 69-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Instituto Nacional do Livro, Órgão do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01-4-74.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 125-69, que autoriza o Poder Executivo, criar a partir de 1970, um Colégio Estadual no Município de Santa Izabel do Ivaí. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 125-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Colégio Estadual no Município de Santa Izabel do Ivaí, para funcionar junto ao Ginásio Estadual, a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01-4-74.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 215-61, que cria em Entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 215-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada em entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel.

Art. 2.º — A Fundação terá regulamento próprio, aprovado por Decreto do Governador, e gozará de autonomia administrativa e financeira, na forma da legislação em vigor.

Art. 3.º — O patrimônio da Fundação será constituído:

a) — pelos bens imóveis, móveis e equipamentos que lhe forem expressamente destinados;

b) — pelos saldos dos exercícios financeiros; e

c) — pelos auxílios de doações e legados recebidos de entidade federal, estadual e particulares.

Art. 4.º — A receita da Fundação será proveniente de:

a) — auxílios constantes do Orçamento do Estado, sob forma de dotações globais e específicas para pessoal material, serviços e encargos, obras e equipamentos;

b) — auxílio e contribuição constantes do Orçamento da União e dos Orçamentos dos Municípios;

c) — taxas e emolumentos escolares;

d) — rendas patrimoniais;

e) — rendimentos de serviços prestados; e

f) — auxílios e contribuições de entidades públicas e particulares, de pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 5.º — A Fundação será administrada pelos seguintes órgãos:

a) — Conselho de Curadores;

b) — Congregação;

c) — Diretoria;

d) — Conselho Departamental; e

e) — Departamentos.

§ 1.º — O Conselho de Curadores, composto de 6 (seis) membros, nomeados pelo Governador, terá a função de aprovar o Orçamento Anual da Fundação, fiscalizar a sua execução e autorizar atos do Diretor não previstos no Regulamento.

§ 2.º — A Congregação será constituída pelos Professores Catedráticos, Professores de Ensino Superior, Professores Interinos, Regentes de Cátedras vagas, representantes dos demais Docentes e do Corpo Discente.

§ 3.º — O Diretor será nomeado pelo Governador para cargo em Comissão com mandato de 2 (dois) anos, dentre professores em exercício, eleito em lista triplíce pela Congregação, podendo ser reconduzido 2 (duas) vezes.

§ 4.º — O Conselho Departamental será composto pelos chefes de departamento e de representantes do corpo discente.

§ 5.º — Os Departamentos serão organizados na forma como dispuser o Regimento Interno da Fundação.

Art. 6.º — Os Membros do Conselho de Curadores terão mandato de 6 (seis) anos, renovável 1/3 (um terço) de 2 (dois) em 2 (dois) anos.

§ 1.º — O Conselho será nomeado pelo Governador dentre pessoas de reconhecida capacidade e de ilibada reputação sendo 2 (dois) membros por 2 (dois) anos, 2 (dois) por 4 (quatro) anos e 2 (dois) por 6 (seis) anos.

§ 2.º — As vagas serão preenchidas por nomeação do Governador, por membros indicados em lista triplíce pelos membros restantes do Conselho de Curadores.

Art. 7.º — Fica fixada em 32 (trinta e dois) o número de matérias que constituirão os currículos mínimos dos cursos de: Licenciatura em Ciências, Geografia, História, Letras e Licenciatura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel.

§ 1.º — As matérias mencionadas neste artigo terão as seguintes denominações:

a) — LICENCIATURA EM CIÊNCIAS:

- 1 — Matemática
- 2 — Física
- 3 — Química
- 4 — Ciências Biológicas
- 5 — Elementos de Geologia
- 6 — Desenho.

b) — GEOGRAFIA:

- 1 — Geografia Física
- 2 — Geografia Biológica
- 3 — Geografia Humana
- 4 — Geografia Regional
- 5 — Geografia do Brasil
- 6 — Cartografia
- 7 — Sociologia
- 8 — Antropologia Cultural.

c) — HISTÓRIA:

- 1 — História Antiga
- 2 — História Medieval
- 3 — História Moderna
- 4 — História Contemporânea
- 5 — História da América
- 6 — História do Brasil
- 7 — Sociologia
- 8 — História da Filosofia.

d) — LETRAS:

- 1 — Língua Portuguesa
- 2 — Literatura Brasileira
- 3 — Literatura Portuguesa
- 4 — Língua Latina
- 5 — Linguística
- 6 — Língua Inglesa e Norte-Americana
- 7 — Teoria da Literatura.

e) — LICENCIATURA:

- 1 — Psicologia, Adolescência e Aprendizagem
- 2 — Elementos da Administração Escolar
- 3 — Didática e Prática de Ensino, sob forma de estágio supervisionado.

§ 2.º — A seriação de matéria será elaborada pelo Conselho Departamental e aprovada pela Congregação, devendo constar do Regimento Interno da Faculdade, ficando a matéria sujeita à homologação dos Conselhos Estadual e Federal de Educação.

Art. 8.º — Para regularizar o funcionamento da Faculdade de Filosofia, fica criado o Quadro Próprio da Fundação, composto de:

- 1 (um) Diretor
- 32 (trinta e dois) Professor Catedrático
- 32 (trinta e dois) Professor de Ensino Superior
- 32 (trinta e dois) Professor Instrutor
- 15 (quinze) Professor Assistente
- 1 (um) Secretário
- 1 (um) Oficial Administrativo
- 1 (um) Arquivista
- 1 (um) Contador
- 1 (um) Bibliotecário
- 1 (um) Datilógrafo
- 2 (dois) Laboratorista
- 2 (dois) Escriurário
- 1 (um) Inspetor de Alunos
- 1 (um) Almoxarife
- 2 (dois) Servente.

§ 1.º — A escolha do Secretário deverá recair em pessoas estranhas ao Quadro do Estabelecimento, e deverá ser portadora de título universitário.

§ 2.º — Os níveis de vencimentos dos cargos criados pelo presente artigo serão correspondentes às classes únicas ou iniciais das séries de classes do Quadro Único do Poder Executivo e, os professores terão nível de vencimentos do ensino superior.

Art. 9.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), destinados a cobrir despesas com a instalação da Faculdade criada nesta Lei.

Art. 10 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em
(Assinatura ilegível) — Presidente.
(Assinatura ilegível) — Relator.
(Assinatura ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 18-73, que denomina Cândido Berthier Fortes, o Ginásio Estadual da sede do Município de Marilena. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 18-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado Cândido Berthier Fortes, o Ginásio Estadual localizado na sede do Município de Marilena.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01-4-74.
(Assinatura ilegível) — Presidente.
(Assinatura ilegível) — Relator.
(Assinatura ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 192-73, que declara de Utilidade Pública a Tenda de Umbanda Pai João do Recife, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 192-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Tenda de Umbanda Pai João do Recife, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01-4-74.
(Assinatura ilegível) — Presidente.
(Assinatura ilegível) — Relator.
(Assinatura ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 196-73, que declara de Utilidade Pública a Associação de Caridade Espírita Social e Assistencial "ACESA", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 196-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Caridade Espírita Social e Assistencial — ACESA, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01-4-74.
(Assinatura ilegível) — Presidente.
(Assinatura ilegível) — Relator.
(Assinatura ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Requerimento de autoria do sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando voto de louvor aos srs. Governador do Estado, Gal. Mário Carneiro Portes e ao Diretor da Polícia Civil, pelas providências rápidas e eficientes, tomadas por ocasião do sequestro do filho do empresário paranaense Cecílio Rego Almeida, que comoveu inclusive a opinião pública nacional. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Comandante do Corpo de Policiamento Rodoviário do Estado do Paraná, no sentido de seja criado um sub-posto de Polícia Rodoviária, no Município de Iporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Coronel Cássio de Paula Freitas e Coronel Mauro Moreira pelas suas respectivas nomeações como Diretor Adjunto de Coordenação e como membros do Conselho Administrativo de Itaipu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo ao Governo do Estado, no sentido de que interfira na defesa dos direitos de operários braçais do Município de Sertãozinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, objetivando providências para a instalação de um posto do Instituto de Identificação, na cidade de Rio Negro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Poder Judiciário do Estado, no sentido de que sejam criadas as Comarcas de Alto Piquiri e Barbosa Ferraz. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante de Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, Secretariado e demais integrantes da equipe do Poder Executivo, pelo êxito alcançado no Encontro Municipalista, realizado em Apucarana, inclusive com a instalação do Governo na referida cidade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, pela entrega à Secretaria de Educação e Cultura, os projetos de criação e implantação do segundo grau, em diversos Municípios. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja incluído na Pauta o Projeto de Lei n.º 6.74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo à 1.ª Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, pela promoção, a partir do dia 10 do corrente, do III Congresso Nacional de Varonis da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para as Proposições n.ºs 17 e 19-74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações e agradecimentos aos srs. Presidente da República, Ministro Ney Braga e ao Deputado Federal Luiz Losso pelo reconhecimento oficial da Faculdade Evangélica de Medicina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela realização, em nossa Capital, do I Festival Brasileiro do Filme Super-8. — **Aprovado.**

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem) Sr. Presidente, indago de V. Exa. — ontem nós tínhamos um Projeto de nossa autoria que não foi votado por falta de quorum. E, verificando a Pauta não encontramos nem para esta e nem para a Sessão de segunda-feira. Consultaria a V. Exa. que destino tomou nosso Projeto.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, respondendo a questão de ordem de V. Exa. tem a informar que o Projeto ainda não tinha decorrido o prazo de interstício, razão porque o Sr. Presidente José Muggiati Filho determinou que fosse incluído na próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para dia 15, segunda-feira, às 1400 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n.º 20-74.

Marcando ainda, uma Sessão Ordinária para o dia 15, segunda-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs: 76-73, 77-73, 85-73, 86-73 e 245-73.

2.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 87-73, 98-73 e 99-73.

Votação em 1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 102-73.

1.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 237-73, 242-73, 256-73 e 285-73.

Levanta-se a Sessão.